

# Sarney, líder da oposição

Ele é o maior crítico das reformas defendidas pelo governo

por Eliane Cantanhêde de Brasília

Na falta de partidos de esquerda fortes e unidos, o principal líder da oposição ao governo tem sido, na prática, um de seus mais ilustres aliados formais: o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), que assume neste dia 8 a presidência dos trabalhos na convocação extraordinária do Congresso Nacional e tem sido um dos mais incisivos críticos justamente do carro-chefe da pauta: as reformas constitucionais.

Com o PT dividido e sem bancada suficiente para ameaçar os projetos do governo, é Sarney quem vem condenando a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), antigo Fundo Social de Emergência, além das reformas tributária, previdenciária e

administrativa. De quebra, avisa, sem meias palavras, que prefere cinco anos de mandato à reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso.

"Líder da oposição? Eu? Deus me livre!", reagiu Sarney numa longa conversa com este jornal. "Só não aceito um papel de subordinação, porque já fui presidente da República e hoje presido um dos poderes. Além disso, não estou mais na idade de não poder dizer o que penso", acrescentou esse velho udenista, que está no PMDB mas mantém no PFL boa penca de aliados e seus próprio filhos: Roseana, governadora do Maranhão, e Zequinha, deputado federal.

No governo Sarney, o então deputado e ministro Roberto Cardoso Alves



José Sarney

transportou o "é dando que se recebe" de São Francisco de Assis para o frenético troca-troca de favores por votos do Congresso. Entretanto, não é uma imagem do padroeiro dos animais que adorna a parede principal do gabinete auxiliar de Sarney no Senado, mas uma foto da Irmã Dul-

ce. É ali, sob o olhar silencioso da freirinha que dedicou a vida aos miseráveis nordestinos, que Sarney despacha quando não está na presidência da Casa.

"Eu não poderia decepcionar, no partido e no meio do povo, aqueles que exigiam a minha candidatura", diz ele, justificando por que tentou a indicação do PMDB para a Presidência da República, em 1994, contra Fernando Henrique e o petista Luis Inácio Lula da Silva.

(Continua na página A-7)

Veja também nesta edição artigo do correspondente em Nova York, Getúlio Bittencourt, que foi secretário especial de Comunicação Social e presidente da Empresa Brasileira de Notícias (EBN) durante o governo Sarney.

(Ver página A-7)

NTIL

Página A-7

08 JAN 1996

GAZETA MERCANTIL



FIF BMC Renda Fixa - 60 Dias

# Sarney, líder da oposição

por Eliane Cantanhêde de Brasília  
(Continuação da página A-1)

O PMDB preferiu o ex-governador Orestes Quércia, que acabou em quarto lugar na eleição, mas Sarney não jogou fora sua munição.

Na época, "aqueles que exigiam a candidatura" atingiam a um picode 21% das pesquisas de opinião, e nas classes C e D chegaram a bater o à época favorito Lula. "Até hoje, eu só sinto o reconhecimento, a solidariedade e o carinho do povo, onde quer que eu passe", diz o ex-presidente, que está com 65 anos de idade, saúde em forma e o mesmo apetite de sempre pela política.

## Aliados do governo dizem que senador pretende voltar à presidência

Até o plebiscito sobre o sistema de governo, em 1993, ele incursionou pela área internacional tentando consolidar seu nome como opção para a chefia de Estado, num eventual regime parlamentarista. Arquivada a mudança, resta a volta à Presidência.

Na percepção de ministros e parlamentares aliados ao governo, é a pretensão de Sarney de voltar ao governo pela via direta que explica seus lances na presidência do Senado e dentro do PMDB. Ele, por exemplo, não titubeou em colocar na pauta de votação, no primeiro semestre de 1995, a explosiva regulamentação do tabelamento dos juros em 12% ao ano. Nem em forçar a mobilização de toda a bancada de líderes governistas na Câmara para reduzir o prazo de prorrogação do FEF para apenas um ano e meio.

"O Sarney vetaria os dois anos no Senado", justificou o presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), ao selar o acordo de dezoito meses com os líderes governistas e o presidente Fernando Henrique. O anúncio do novo prazo só foi feito depois de cumprido o ritual: Luís Eduardo consultou Sarney, que só deu seu aval com a redução do prazo em seis meses.

"Fui contra o fundo desde a sua criação, porque se trata de uma violência brutal contra a Constituição", diz Sarney, explicando que o FSE foi criado através de um artigo nas Disposições Transitórias de uma Carta aprovada anos antes, em 1988. "Uma excessão constitucional", acusa. Mas há outra

motivação, bem mais objetiva: ele concorda com a crítica da governadora do Maranhão, sua filha Roseana Sarney, de que o fundo retira receita da ordem de R\$ 1,2 bilhão dos estados e municípios, sem contrapartida. Algo que a área econômica contesta veementemente.

Quanto à reforma tributária, Sarney diz que "o governo foi muito tímido". Na sua opinião, a proposta só aborda a redivisão de recursos, sem mexer na base fiscal, nos mecanismos de fiscalização e de modernização. "Temos que diminuir os impostos, não aumentá-los", diz Sarney, propondo a alternativa neoliberal como forma de estimular os sonegadores a contribuírem e de azeitarem os instrumentos de arrecadação.

Na reforma administrativa, o mais importante seria uma mudança profunda para evitar que a Constituição se mantivesse híbrida, com um regime presidencialista, mas métodos parlamentaristas. "Menos detalhista, mais essencial", diz ele sobre essa proposta do governo, que mexe nos direitos adquiridos dos eleitores mais disputados do Norte e Nordeste do País: os funcionários públicos. Mas sobre esse assunto excessivamente árido, prefere nem falar.

De todas as reformas em tramitação, a que ele mais combate é a da Previdência Social. Até concorda na sua necessidade, mas questiona a oportunidade. "Eu fui contra antes, continuo durante e vou continuar sendo, pois essa proposta mexe com todas as pessoas, com o País inteiro, e não tem resultados imediatos. Portanto, pode ficar para depois, sem contaminar as demais reformas." Se Sarney fala assim, é sinal de que boa parte do Senado e do PMDB, também. E, sem eles, não há reforma possível.

Apesar de sua resistência às reformas, ele sempre aponta a Constituição de 1988 como a grande vilã da história e do seu governo. "Todos nós, eu, Collor e Itamar, fomos vítimas e reféns da Constituição, que impede o Legislativo de legislar e o governo de governar", conta, condenando o instrumento da medida provisória, que entra em vigor imediatamente, antes da própria apreciação do Congresso. Na sua rápida contabilidade, de cabeça, ele próprio só usou as MP "umas cem vezes, para questões de urgência e reajustes do salário mínimo".



José Sarney

E por que não citou Fernando Henrique como um dos presidentes reféns dos vícios da Constituição? Sarney responde: "Porque ele obtém a governabilidade, não de um pacto das instituições, mas da boa vontade e de um pacto informal de pessoas". Depois, explica: "Nós, os homens de bom senso dos demais poderes, asseguramos que as propostas do governo sejam aprovadas e o presidente tenha condições de governar com tranquilidade".

## "O Plano Cruzado foi o único que tinha o objetivo de distribuir renda"

No governo Sarney, tranquilidade não era exatamente a palavra da moda. Só de greves de trabalhadores, foram 12 mil em cinco anos. A inflação bateu no recorde de 82% ao mês. As reservas internacionais caíram dramaticamente para míseros US\$ 2 milhões. Houve dezenas de mudanças de ministros e um troca-troca infinito de votos do Congresso por concessões de rádio e televisão, além de cargos de segundo escalão.

"A História julgará o meu governo pelo seu êxito político. Derrubamos todas as formas de censura, legalizamos os partidos clandestinos, permitimos a discussão de idéias, respeitamos os poderes", opina o ex-presidente, que só chegou à chefia do Executivo pela trágica circunstância da morte do mineiro Tancredo Neves e graças à aliança suprapartidária entre o PMDB e a dissidência do partido de apoio ao

regime militar, o PDS, que veio a ser o PFL.

"Graças à minha paciência, à minha capacidade de diálogo com todos os setores, inclusive as Forças Armadas, o Brasil se tornou maduro o suficiente para resistir ao impeachment de um presidente da República (Fernando Collor) e à CPI do Orçamento, que cassou o mandato de vários parlamentares bastante conhecidos nacionalmente", continua o autor do recém-editado romance "O Dono do Mar".

Na sua opinião, também as desastrosas tentativas de combate à inflação, especialmente o Plano Cruzado, de 1986, tiveram o mérito de preparar terreno para o sucesso do Plano Real, oito anos depois.

O que foi o Plano Cruzado? "Foi o momento mais feliz do povo brasileiro. Ao contrário dos demais, tinha o objetivo de estabilizar a economia e redistribuir renda", diz Sarney, ainda adepto do "jaquetão" transpassado, de quatro botões, que lançou como moda durante o seu governo.

E o Plano Real, o que é? "Sem o Cruzado, não poderia ter sido feito. Ele é fruto e consequência do plano original, feito no meu governo", diz, sem modéstia.

O grande erro de Sarney está na ponta da língua. "Só me arrependo do Cruzado 2. O problema não foi falta de correção do plano. Foi a correção errada. Até hoje, eu mesmo não entendo como pude fazer aquilo", diz, lamentando que tenha autorizado os economistas do PMDB e o então ministro da Fazenda, o agora falecido Dilson Funaro, a lançar o pacote econômico de novembro

de 1986, logo depois de anunciada a histórica vitória pemedebista nas eleições daquele mês.

O pacote, que foi sobretudo fiscal, deixou como símbolo a criação do empréstimo compulsório sobre combustíveis. O governo ganhou a eleição, mas perdeu a confiança popular. Nem por isso, conseguiu impedir que a volta da inflação atropelasse sem piedade o sonho do Cruzado. Através do congelamento de preços e salários, ele puxou a inflação de 22,4% em fevereiro para uma deflação de 0,9% no mês seguinte. Nove meses depois, as eleições de 15 de novembro encontraram a inflação em 2,5%, jogaram esse índice para 7,6% em dezembro e para 27,6% em maio de 1987. Alegria de pobre dura pouco.

A partir daí, houve o Plano Bresser, com novo congelamento; um troca-troca de ministros que bem refletia a perplexidade da "Aliança Democrática" entre o PMDB e o já PFL; as dificuldades com o Congresso. E foi assim, aos trancos e barrancos, que o governo José Sarney chegou à Constituinte e à decisiva discussão sobre o tempo de seu próprio mandato: seis anos, como constava da Carta anterior; cinco anos, como foi aprovado para o corpo permanente da nova Carta; ou quatro, como os próprios partidos aliados queriam colocar nas Disposições Transitórias?

"Eu já tinha perdido um ano. Então, por que cinco anos para todos os presidentes e quatro só para mim? Por que eu era José Sarney, um ma-

ranhense lá do Norte, que tinha sido eleito só para a vice-presidência e não fazia parte do establishment?" indaga Sarney, deixando evidente toda a sua mágoa ainda hoje, sete anos depois de ter vencido aquela votação. Ele, entretanto, nega o que já foi assimilado pelo senso comum como a mais límpida verdade: "Não houve troca-troca por cargos e canais de televisão. Houve, sim, um processo de convencimento", diz.

Atualmente, Sarney pede coerência no debate sobre o mandato presidencial: "Quatro anos é muito pouco. Ou é cinco, ou tem que ter reeleição", diz ele, mas admitindo que "o País não pode parar com essa discussão, nem o Fernando Henrique deve permitir que haja suspeita de casuismo, como houve no meu governo".

Família unida, hábitos simples, fala colorida e sorriso simpático, Assim são os Sarney, seja na praia do Calhatã, em São Luís do Maranhão, seja no apartamento funcional da Asa Sul, em Brasília. Mas que ninguém se engane. O jeito manso esconde uma obstinação sem limites; uma enorme capacidade de luta e adversários feroces. Que o diga o próprio Fernando Collor. Os Sarney engoliram a seco a arrogância e as críticas do primeiro presidente eleito por voto direto. Mas acabaram sendo decisivos para o impeachment, no seu habitat natural: o Congresso. É ali que eles vão poder ser, ou bons aliados, ou fortes opositores, do governo Fernando Henrique Cardoso.